

Projeto Pós-Doutorado

Supervisor:

Prof. Dr. Sérgio Cardoso

Título:

O governo misto como melhor forma de governo no pensamento de Maquiavel

Objetivo:

Investigar a natureza da divisão social no pensamento de Maquiavel, partindo dos três efeitos apontados por ele como decorrentes das relações estabelecidas entre os *humores* no interior de um determinado corpo político, a saber, Principado, República e Licença. Uma vez identificadas as relações próprias produzidas por cada um destes efeitos, tratar-se-á de analisar a afirmação do autor que propõe o governo misto (República) como a melhor forma de governo e de procurar apoio para precisá-la, seja no debate florentino, seja no enraizamento desta questão na tradição do pensamento político.

Metodologia:

Partiremos do capítulo IX d'*O Príncipe* e da afirmação de Maquiavel que aponta três efeitos a partir das relações estabelecidas entre os *humores* constitutivos do corpo político. Visto que a relação entre estes *humores*, a saber: o dos grandes e do povo, é conflituosa, interessa-nos inicialmente, de modo especial, identificar a natureza deste conflito. Para fazê-lo nos apoiaremos também na *História de Florença* e nos *Discorsi*, obras que partem de uma afirmação semelhante à d'*O Príncipe* e, especialmente nesta última, que se detém mais longamente nesta questão. Ao investigarmos a natureza do conflito vislumbraremos seus efeitos (Principado, República e Licença) e nos deteremos naquele considerado pelo autor como o mais apropriado ao *vivere civile*, ou seja, a melhor forma de governo, a República (tomada como forma mista). Investigaremos, assim, a forma mista de governo no pensamento de Maquiavel e nos apoiaremos

especialmente em trechos dos primeiros capítulos dos *Discorsi* em que o autor acaba por apontar a República e, mais especificamente, sua forma mista, como a melhor forma de organização de um determinado corpo político. Segundo o autor, esta forma de governo pode ser exemplificada pela República Romana, exemplo que nos leva a considerar a formação da “tradição” do governo misto. Dirigiremo-nos, pois, ao debate da tradição, seja sobre a constituição de Florença, debate contemporâneo ao autor, seja àquele mais amplo, que se consolidou no decorrer de uma longa história do pensamento político. No intuito de dialogar com a tradição nos valeremos dos textos dos comentadores da obra de Maquiavel e, quando se fizer necessário, dos textos de seus contemporâneos ou dos próprios antigos. Acreditamos que uma análise precisa do texto de Maquiavel só pode ser feita a partir do contexto que lhe é próprio. Para isto, recorreremos a textos de autores que trabalharam a história, assim como a história das idéias, tais como: Hans Baron, Jacob Burckhardt, Lauro Martines, Felix Gilbert, Gennaro Sasso Zera Fink e outros. Uma vez reconhecido o contexto histórico-intelectual em que se inscreve a questão das formas de governo no debate florentino, recorreremos também aos textos de seus contemporâneos que debateram a questão (especialmente entre os anos de 1494 e 1512), tais como Donato Giannotti e Francesco Guicciardini.

Justificativa:

Sabemos que a questão própria da reflexão política entre os antigos é a da “melhor forma de governo”, a melhor constituição. Também em Maquiavel esta questão é central. Sabemos também que a Antiga República Romana se constituía para muitos como um modelo, ainda que nem sempre as compreensões da estrutura de seu corpo político se alinhassem. E talvez seja justamente este o ponto em que Maquiavel mais se afaste de seus contemporâneos. Ele vê a liberdade que esta República alcançou como fruto de suas boas instituições, que, por sua vez, desempenhavam o papel de abrigar as tensões próprias dos *humores* que constituem o corpo político. Dizendo de outro modo: Maquiavel não pressupõe a possibilidade da harmonia política em seu estado absoluto. Ao invés disso, percebe o corpo político como cindido e esta cisão, para ele definitiva, se deve à incompatibilidade dos desejos do povo e dos grandes, apontados como os dois *humores* que constituem o corpo político. Enquanto o desejo do primeiro é negativo e

implica o desejo de não ser dominado, o do segundo é positivo e se afirma pelo desejo de dominar, surgindo, conseqüentemente, como desejos contraditórios¹.

Ainda segundo o autor, as diferentes relações que estes *humores* podem estabelecer no interior de um determinado corpo político tem por conseqüência formas de governos (ou regimes políticos) distintas. Maquiavel nos apresenta, assim, a República e o Principado como formas de vida política decorrentes destas relações (nos termos do autor, como “efeitos” destas relações), assim como a Licença, que não assinala uma forma de governo propriamente dita, mas a sua ausência, sua privação. Considerá-las, nos remete diretamente a uma série de polêmicas suscitadas ao longo do legado da obra, de que partem alguns dos questionamentos que deram origem a esta proposta de trabalho. Existe uma tipologia propriamente dita de formas de governo no pensamento de Maquiavel? Quais são as relações estabelecidas entre os *humores* que produzem como efeito o Principado? Que relações culminam na República? E na Licença? Qual delas é a melhor forma de governo para o autor? Por quê? Dizendo de outro modo, afinal Maquiavel é “principesco” ou “republicano”? Naquilo que diz respeito às formas de governo, qual a relação estabelecida entre os escritos do autor e os textos dos historiadores lidos por ele? Como se davam as relações entre os *humores* em cada uma delas?

De fato, estas questões permeiam o legado de Maquiavel, especialmente se o pensamos a partir da dimensão que tomaram as discussões sobre as referências de suas obras às formas de governo. No entanto, a primeira coisa a que precisamos nos ater é que Maquiavel se dedica menos a pensar as formas de governo possíveis que a tratar aquelas que ele identifica ao longo da história ou presentes em seu tempo. Parece não haver em seus textos a preocupação em determinar uma “melhor forma de governo” que não tenha se mostrado capaz de se efetivar na história. Neste sentido, partimos do pressuposto que, ao investigar no pensamento do autor a melhor forma de governo, lidamos inevitavelmente com as determinações impostas pela contingência, com os entraves próprios das relações humanas e, como não poderia deixar de ser, com os dilemas que cercam aqueles que têm algum poder político. Não se trata, pois, de pensar uma melhor forma de governo no registro conceitual, que ainda não tenha se

¹ Cf. MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: (...) *in ogni città si truovono questi dua umori diversi: e nasce, da questo, che il popolo desidera non essere comandato né oppresso da' grandi ed e' grandi desiderano comandare e opprimere el populo.*

apresentado na história, mas, ao invés disso, de partir justamente da efetividade histórica considerada pelo autor, para identificar nela a forma de governo que melhor se realizou. Para e investigá-la e compreendê-la, partimos, então, daquilo que acreditamos constituir no pensamento de Maquiavel o fundamento primeiro das formas de governo: a divisão do corpo político. Este parece ser o ponto de partida de sua reflexão: as associações políticas e os limites das relações de poder que se estabelecem em seu interior. Pois, de fato, ao pensar a estrutura do corpo político Maquiavel assinala nele uma divisão intrínseca, resultado da contradição própria dos desejos, ou dos *humores*, que o constituem. Tratar destes *humores* é investigar o cerne das relações poder e deverá constituir o ponto de partida de nossa investigação.

Os *Humores*

Tratar dos *humores* políticos é abordar um dos conceitos complexos, estruturantes do pensamento de Maquiavel, que, assim como o de *virtù* e *fortuna* parece assumir mais de um significado. Um dos autores que analisam o significado do termo na obra do autor é Antony Parel, ao qual recorreremos para iniciar esta investigação.² Segundo ele, os “*humores* políticos se referem aos desejos e apetites naturais de um grupo social”.³ Uma segunda acepção, toma a expressão *Humori* “para designar os grupos sociais de um dado corpo político”.⁴ E apresenta ainda outras possibilidades assumidas pelo termo. Segundo diz, os “*humores* são utilizados para descrever as atividades produzidas pela interação de grupos sociais”.⁵ E, ainda, para: “descrever conflitos entre os estados”;⁶ “descrever a concepção de bem e mal⁷ tipicamente maquiaveliana”;⁸ e, “finalmente, e de forma mais importante, - diz - o termo é usado para classificar os regimes políticos”.⁹ De todas elas, a primeira e a última nos soam

² Cf. PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, pp. 101-112.

³ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 105.

⁴ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 106.

⁵ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 106.

⁶ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 107.

⁷ Tratar do bem e do mal no pensamento de Maquiavel não é exatamente uma novidade, Lefort já o havia feito (*Le Travail de l'oeuvre*, pp. 399-432). Mas Parel parece deixar a questão um pouco vaga. Não investiga a questão e nem aponta outro comentador da obra de Maquiavel que já o tivesse feito anteriormente, de forma que é difícil saber qual é, na perspectiva de Parel, “a concepção de bem e mal tipicamente maquiaveliana”.

⁸ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 107.

⁹ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 107.

como as mais interessantes, especialmente porque parecem envolver de alguma forma todas as outras.

A primeira se torna especial quando Parel nos lembra que a passagem em questão pode ser confirmada a partir de, no mínimo, três obras de Maquiavel: a passagem clássica do capítulo IX d' *O Príncipe* onde Maquiavel afirma que, “em todas as cidades, existem esses dois *humores* diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado e oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo”.¹⁰ Uma afirmação parecida aparece nos *Discorsi*: “em toda república há dois *humores* diferentes, o do povo, e o dos grandes, e todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles”.¹¹ E a questão ainda é retomada na *História de Florença*. Nela Maquiavel abre o terceiro livro afirmando que “as graves e naturais inimizades que há entre os homens do povo e os nobres, causadas pela vontade que estes têm de comandar e aqueles de não obedecer, são razão de todos os males das cidades”.¹² Ao apontar esta questão dos *humores* nas três obras políticas de Maquiavel, Parel nos faz ver a relevância da questão no pensamento do autor e nos leva a observar a centralidade desta distinção para a compreensão das estruturas políticas pensadas por ele.

Justamente a última acepção do termo *humores* apresentada por Parel, (“o termo é usado para classificar os regimes políticos”)¹³, nos remete à divisão das formas de governo. Neste sentido, segundo Parel,¹⁴ Maquiavel apresenta o Principado como o primeiro efeito das relações estabelecidas entre grandes e povo. Trata-se daquele em que a maioria está subjugada ao poder de um, o príncipe. O segundo efeito, a liberdade, é de modo geral apresentado como sinônimo de República, ou seja, aquele regime em que os indivíduos podem ser considerados livres em uma determinada forma política. Já

¹⁰ MACHIAVELLI. *Il Principe*, IX, p. 143: (...) *in ogni città si truovono questi dua umori diversi: e nasce, da questo, che il populo desidera non essere comandato né oppresso da' grandi ed e' grandi desiderano comandare e opprimere el populo.*

¹¹ MACHIAVELLI. *Discorsi* I, 4, p. 209: (...) *in ogni repubblica due umori diversi, quello del populo, e quello de' grandi; e come tutte le leggi che si fanno in favore della libertà, nascano dalla disunione loro.*

¹² MACHIAVELLI. *Istorie Fiorentine*, III, 1, p. 423: *Le gravi e naturali nimicizie che sono intra gli uomini popolari e i nobili, causate da il volere questi comandare e quegli non ubbidire, sono cagione di tutti i mali che nascano nelle città (...).*

¹³ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 107.

¹⁴ Parel relaciona as obras de Maquiavel aos efeitos apresentados como consequentes da desunião dos *humores*. O autor, no entanto, interessado na questão do *Cosmo*, não se propõe a investigar diretamente a relação que afirma haver entre o Principado e *O Príncipe*, a República e os *Discorsi* e entre a Licença e as *Histórias de Florença*. Ver PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 108.

o terceiro efeito, a Licença, caracteriza-se por ser uma terceira espécie distinta das demais. Trata-se aí de uma estrutura peculiar, que porta como principal marca a corrupção, não se efetivando, assim, como uma forma de governo propriamente dita.¹⁵

Este é um âmbito sensível da questão que investigamos, interpretado de diversas maneiras pelos comentadores da obra do autor. Uma delas nos chama atenção: Parel afirma que “o teste de um bom regime maquiaveliano faz-se por poder ou não o mesmo prover adequada satisfação aos seus grupos constituintes”.¹⁶ Nesse sentido, seguindo a argumentação de Parel, se o pressuposto é a existência de *humores* distintos, e a “satisfação” destes é indispensável para que haja um bom regime, aquele que detém o poder e, necessariamente, pretende mantê-lo, precisa dedicar-se então a estabelecer a melhor relação possível com os *humores* presentes. No entanto, esta solução, aparentemente óbvia, não pode, na maioria das vezes, ser facilmente efetivada. As dificuldades que se apresentam nos levam a questionar o ponto de partida do comentador: será mesmo a satisfação dos *humores* um indicativo de bom regime? Tendemos, neste ponto, a discordar da afirmação de Parel. Não podemos nos esquecer de que se trata de desejos contraditórios e que afirmar um implica negar o outro. Maquiavel parece investigar também os meios de lidar com a insatisfação dos *humores* para que o governante possa se valer desses conhecimentos e impedir que as consequências do conflito entre os *humores* possam refletir de modo negativo sobre o seu poder. Mais que isso, ele parece sugerir àquele que governa (seja no Principado ou na República) que impeça que os grandes subjuguem o povo. Parece admitir que os desejos do povo configuram o elemento da universalidade, enquanto os desejos dos grandes realizam-se sempre como particularidade. Neste caso, ao contrário do que afirma Parel, o melhor regime parece não implicar aquele que melhor satisfaz os desejos dos *humores* que lhe constituem, mas o que cria barreiras aos desejos particulares dos grandes.

Maquiavel, ao nos apresentar a divisão do corpo político, parece negar a compatibilidade dos desejos daqueles que o constituem. Para ele, o que se fazia em seu tempo, ao se fazer o elogio da concórdia e da paz, era tentar evitar o inevitável. O

¹⁵ A questão da Licença implica um tema complexo relacionado à corrupção dos regimes. Neste trabalho nos propomos a pensar justamente seu contrário, ou seja, a melhor forma de governo possível. Neste sentido, não nos dedicaremos a investigar diretamente a Licença.

¹⁶ PAREL. *The Machiavellian Cosmos*, p. 109.

conflito era um fato, já estava dado; não poderia ser evitado. Seguindo a formulação de Gabriel Pancera,

negava-se justamente o elemento constituinte de todo e qualquer principado ou república, qual seja: a divisão fundamental entre o desejo dos grandes e o desejo dos povos. Esta divisão jamais poderia ser eliminada, a despeito dos esforços feitos a respeito, a não ser com a extinção da própria comunidade política.¹⁷

Maquiavel nos faz pensar que uma tentativa de negar a divisão social ou de solucionar definitivamente suas dissensões implica em um grande equívoco. Assim, de acordo com Thierry Ménissier, “em oposição a algum tipo de ficção unificadora, Maquiavel reivindica a fecundidade dos desacordos e das dissensões, reflexos do caráter heterogêneo da sociedade e dos interesses particulares que a constituem”.¹⁸ Mais que isto, tal como afirma Sérgio Cardoso,

Maquiavel recusa, como ficção, a representação da cidade determinada pela ideia da concórdia civil, da solidariedade dos cidadãos devotados ao bem público e governados por leis justas — a ideologia da *unione*, sublimada pela oposição aos inimigos estrangeiros, com que operam os humanistas — e reafirma a sua compreensão da política como o terreno das manifestações da discórdia civil, do conflito intransponível, entre os grandes e o povo, a “desunião” que mantém viva a liberdade e que, pelos “bons efeitos que produz”, revigora as repúblicas.¹⁹

Maquiavel não somente admite o conflito, mas sugere que ele insufla a liberdade e pode contribuir para que o corpo político se torne mais forte.

Tal como vimos na primeira acepção de *humores*, enquanto um dos *humores* deseja não ser governado e oprimido pelo outro, este último deseja justamente o que recusa o primeiro. E, nestas circunstâncias, não há solução de fato, pois os desejos dos *humores* existentes são irreconciliáveis. As dificuldades podem ser maiores ou menores dependendo da forma de governo assumida pelo corpo político, forma esta que se constitui, como sabemos, a partir dos “efeitos” das relações estabelecidas pelos *humores*. Em outras palavras, uma reflexão sobre as dificuldades de lidar com os desejos contraditórios no interior do corpo político remete às consequências das relações estabelecidas entre os *humores* ou mesmo entre eles e o(s) governante(s), que seriam traduzidas nas formas de governo existentes. É em função dos *humores* que se desencadeia uma espécie de tipologia dos regimes políticos.

¹⁷ PANCERA. *Maquiavel entre Repúblicas*, p. 149.

¹⁸ MÉNISSIER. *Le bon usage des tumultes*, p. 40.

¹⁹ CARDOSO. Apresentação. In: ARANIVICH. *História e Política em Maquiavel*, p. 13.

As Formas de Governo

Podemos então pensar, a partir de tais afirmações, nas diferentes formas que o corpo político assume, em função das relações estabelecidas entre os *humores*, visto que essas relações parecem conduzir o corpo político a assumir a forma de um determinado regime. Neste ponto não podemos deixar de indagar: qual delas é a melhor forma de governo? Por quê? Se, por um lado, a distinção — e contradição — entre grandes e povo existe em todos os Estados, por outro, interfere no resultado final deste tão complicado cenário do poder político tal como o apresenta Maquiavel. O resultado das relações estabelecidas pelos *humores* no interior de um determinado corpo político produz sua forma, permite-lhe constituir-se em um dos efeitos sugeridos pelo autor, seja ele Principado, República ou Licença. Estas três possibilidades, no entanto, apresentam diferentes chances de êxito. Deve-se, evidentemente, descartar de antemão a Licença como melhor forma de governo. Devemos pensá-la como incapaz de efetivar-se como um corpo político propriamente dito. Restam-nos República e Principado e, seguindo os critérios apresentados por Maquiavel, precisamos considerar qual deles lida melhor com a contradição dos desejos dos *humores* — sabendo, no entanto, como já vimos, que, independentemente da forma que assume (República ou Principado), o corpo político será marcado pelo conflito. Pancera comenta com propriedade:

pode-se dizer que os estados, em suas formas republicanas ou principescas, jamais serão capazes de desenraizar o conflito de seu interior, pois isso implicaria a negação do caráter político deste tipo de comunidade. Mas, nem por isso, o conflito é pernicioso. Ao contrário, o perigo vem das tentativas de negar a sua existência e de cristalizar a dinâmica a eles inerente, perigo este que está presente nas idéias de uma unidade definitiva e de um pleno equilíbrio que perpassava o modelo veneziano de república.²⁰

Para Maquiavel, no Principado o conflito é mediado pela figura do Rei enquanto na República é a lei (e as boas instituições capazes de garantir que ela seja observada) quem exerce este papel. Em ambos os casos é possível garantir a manutenção do poder do “Estado”. Mas, o melhor para Maquiavel, é aquele que consegue maior durabilidade. Se a corrupção de uma dada forma é uma tendência, tal como sugere o autor, é melhor a forma capaz de conservar-se, de não se corromper, e de, conseqüentemente, preservar sua estrutura sã por mais tempo. Isto, para Maquiavel pode ser observado mais naqueles que se expandiram e buscaram a grandeza que nos que não se propuseram a fazê-lo. Trata-se de uma questão complexa e nos remete a pensar valores tais como honra e

²⁰ PANCERA. *Maquiavel entre Repúblicas*, p. 11.

glória, muitas vezes associados à grandeza e, por vezes, à excelência do corpo político. O corpo político de maior grandeza e glória foi Roma, mais especificamente, a República Romana. Ela constituiu-se como o exemplo histórico de maior êxito em suas pretensões de conservação e expansão. Para o secretário, historiador, que se esquivava de modelos que nunca se concretizaram na história, Roma é um exemplo factível que não pode ser ignorado. Não somente por ser incomparável, mas porque o fato de ter-se feito factível viabiliza a possibilidade de efetividade dos seus feitos em outros momentos históricos. Resta-nos investigá-lo.

Acreditamos que não se trata, neste ponto, de uma mera constatação do governo misto como melhor forma de governo. Sabemos que a tradição do pensamento político concebe esta forma como a melhor e acreditamos que Maquiavel investiga a questão se valendo de perspectivas tradicionais, porém inovando-os. No caso da forma de governo misto ele parte do pensamento de Políbio e, embora se valha deste lugar comum do pensamento político de seu tempo, rompe com a tradição polibiana não somente porque nega a vivacidade das República para permanecer indefinidamente em seus ciclos²¹, mas também na sua compreensão do corpo político como harmônico. Por isso a investigação das instituições romanas (para além da retomada da formação polibiana) torna-se fundamental para que possamos compreender que espécie de governo misto o autor nos apresenta. Trata-se menos de tomar a forma mista como a melhor, e mais, de saber como Maquiavel lê ou compreende o “misto” romano. Esperamos a partir daí poder explicar também a recusa do autor ao governo misto veneziano, devolvendo-o ao debate de seu tempo, em grande medida fundamentado pelo modelo da antiga república romana.

A República pode ser pensada como um lugar privilegiado entre os outros “efeitos” apontados pelo autor e, neste sentido, é passível de se destacar como tal justamente por melhor comportar o conflito em suas instituições. Esta conclusão pode ser vista como novidade própria do pensamento de Maquiavel. Isto já havia sido evidenciado antes por Lefort, mas assinala-se também em outros comentadores do pensamento de Maquiavel. Gerbier, por exemplo, afirma que, “pela primeira vez, o pensamento político porta uma ideia de conflito que não se exprime mais na forma de uma doença da vida civil, mas ao contrário, se exprime na ideia de que o próprio

²¹ Cf. MACHIAVELLI. *Discorsi* I, 2.

equilíbrio da cidade é um certo estado de divisão e oposição são”.²² A República nos é apresentada por Maquiavel como a forma que melhor se conduz, não somente por constituir-se como um corpo político são, mas porque o faz justamente quando institucionaliza (inscreve em instituições) o conflito, e lhe confere aspectos (institucionais) duradouros. Vale lembrar que o Principado depende do Rei e, portanto, de um homem efêmero. A República, especialmente a partir dos *Discorsi*, é a forma em que grandes e povo podem se relacionar através da mediação das leis. Não pela ausência de conflitos, mas justamente pela capacidade de admiti-los, de criar instituições capazes de acolhê-los, instituições mediadoras destes conflitos capazes de durar mais que o período de vida de um determinado Príncipe.

A “novidade” de Maquiavel, tal como apontada por Lefort, não se restringe ao seu tempo. É interessante notar que a questão do conflito em Maquiavel edifica na modernidade o principal marco teórico da tradição republicana. Serge Audier, ao tratar da questão da liberdade ao longo da história no que ele chama de “momento maquiaveliano francês”, recorre aos *Discorsi* para afirmar que “os conflitos entre os nobres e a plebe, longe de serem condenados, constituíam uma fonte da liberdade e do poder da Roma republicana”.²³ O conflito é a expressão do exercício da liberdade por um povo. Há conflito enquanto há exercício do desejo de liberdade, do desejo de não ser oprimido. Se a afirmação de Maquiavel já havia sido trabalhada há muito por Lefort, a novidade aqui não está no tratamento da questão — que se tornou clássica no legado maquiaveliano —, mas em reconhecê-la como o principal ponto de convergência na tradição republicana atual. Segundo Audier, apesar das diferentes versões constitutivas do momento maquiaveliano francês, a “valorização do conflito como fator potencial da liberdade política”²⁴ caracteriza-se por ser justamente o ponto comum entre todas elas.

Pensar os desdobramentos desta questão nos remete à tradição das formas de governo e, especialmente, à tradição do governo misto. Neste sentido, o objetivo deste projeto é pensar os *humores*, assim como seus efeitos. Trata-se de investigar as diferentes maneiras em que o governo misto foi analisado ao longo da tradição das formas de governo tomando como objeto central de nossa investigação o conflito civil. Este debate que pretendemos promover entre os textos de Maquiavel e os da tradição

²² GERBIER. *Les Humeurs du peuple et des grands*, p. 108.

²³ AUDIER. *Machiavel, conflit et liberté*, p. 28.

²⁴ AUDIER. *Machiavel, conflit et liberté*, p. 265.

pode se dar tanto pelo estudo do enraizamento da questão das formas de governo nos antigos, como no debate próprio do tempo de Maquiavel. Desta forma, esperamos pintar um quadro de análise do governo misto e, munidos de conhecimentos fundamentais sobre a tradição das formas de governo, pretendemos compreender melhor a relação de Maquiavel com a tradição (visto que ele certamente inova ao pensar o “misto” à partir da afirmação do conflito civil), assim como reconhecer com mais propriedade suas contribuições para a política moderna para, a partir de então, possibilitar uma investigação da política atual fundamentada nas estruturas sólidas do passado.

Referências Bibliográficas:

ADVERSE, Helton (Org.). *Maquiavel: diálogo sobre a nossa língua e discurso sobre as formas de governo de Florença*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ADVERSE, Helton. *Maquiavel: Política e Retórica*. Belo Horizonte, 2009.

ARANOVICH, Fontoura. *História e Política em Maquiavel*. São Paulo: Discurso, 2007.

ARAÚJO, Cícero. Algumas Reflexões sobre Descartes e Maquiavel. *Transformação*, São Paulo, v. 17, p. 113-132, 1994.

ARON, Raymond. *Introduction à la philosophie politique: Démocratie et Révolution*. Paris: Éditions de Fallois, 1997.

ARISTOTLE. *The Complete Works of Aristotle*. The Revised Oxford Translation. Edited by J. Barnes.

Princeton: Princeton University Press, 1984.

AUDIER, Serge. *Machiavel, conflit et liberté*. Paris: Vrin/EHESS, 2005.

BARON, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

BIGNOTTO, Newton. A Antropologia Negativa de Maquiavel. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 12, n° 2, p. 77-100, 2008.

BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e Realismo: um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

- BIGNOTTO, Newton. A Solidão do Legislador. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 99, p. 7-38, 1999.
- BIGNOTTO, Newton. Maquiavel e o Novo Continente da Política. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998a. p. 375-407.
- BIGNOTTO, Newton. *O tirano e a cidade*. São Paulo: Discurso, 1998b.
- BIGNOTTO, Newton. Nota Metodológica: Gicciardini leitor de Maquiavel. *Discurso*, São Paulo, n. 29, p. 111-131, 1998c.
- BIGNOTTO, Newton. A Má Fama na Filosofia; James Harrington e Maquiavel. *Discurso*, São Paulo, n. 24, p. 173-191, 1994.
- BIGNOTTO, Newton. As Transformações da Tirania. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 34, n. 87, p. 56-69, 1993.
- BIGNOTTO, Newton. *As Fronteiras da Ética*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992a. p. 113-125.
- BIGNOTTO, Newton. O Conflito das Liberdades: Santo Agostinho. *Síntese*, São Paulo, p. 327-359, v. 19, n. 58, 1992b.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.
- BLYTHE, James M. *Le Gouvernement Idéal et la Constitution Mixte au Moyen Âge*. Traduction par Jacques Ménard. Fribourg Suisse et Paris: Academic Press Fribourg; Edition du Cerf Paris, 2005.
- BOCK, Gisela; SKINNER, Quentin; VIROLI, Maurizio (edited by). *Machiavelli and Republicanism*. Ideas in Context. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BOUDET, Jean-Patrice. Le modèle du roi sage aux XIIIe et XIVe siècles Salomon, Alphonse X et Charles V. *Revue historique*, n. 647, p. 545-566, 2008/3.
- BUCC, Philippe, Rituel politique et imaginaire politique au haut Moyen Âge. *Revue historique*, n. 620, p. 843-883, 2001/4.
- BURCKHARDT, Jacob. *The civilization of the Renaissance in Italy*. New York: The Modern Library, 2002.
- CAILLE, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel (sous la direction de). *Histoire raisonnée de la philosophie morale et politique: Le bonheur et l'utile*. Paris: Éditions la Découverte, 2001.
- CARDOSO, Sérgio. (org) *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

CASSIRER, Ernest; KRISTELLER, Paul Oskar; RANDAL, John Herman Jr. *The Renaissance Philosophy of Man*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1956.

CÍCERO. *Da República*. Tradução de Angélica Chiapela. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CÍCERO. *Dos Deveres*. Tradução de Amador Cisneiros. São Paulo: Atena, 1954.

CLOULAS, Ivan. *Savonarele ou la Révolution de Dieu*. Paris: Fayard, 1994.

COLONNA d'ISTRIA, Gerard; FRAPET, Roland. *L'Art Politique chez Machiavel*. Paris: J. Vrin, 1980.

DEANE, Herbert, *The Political and Social Ideas of St. Augustine*. New York: Columbia University, 1963.

FINK, Z.S. *The Classical Republicans: An Essay in the Recovery a Pattern of Thought in Seventeenth-Century England*. Wordsworth: Wordsworth University Press, 1962.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Machiavel*. Paris: Tallandier, 2005.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Conflit Civil et Liberté: la politique machiavélique entre histoire et médecine*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2004.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie. *Ordre Conflictuel du politique: une formule ambiguë*. *Multitudes*, n. 13, p. 165-175, 2003/3.

GAILLE-NIKODIMOV, Marie; MÉNISSIER, Thierry. *Lectures de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2006.

GARIN, Eugenio. *L'Humanisme Italien: Bibliothèque de l'évolution de l'humanité*. Traduit de l'allemand et de l'italien par Sabina Crippa ET Mario Andrea Limoni. Paris: Albin Michel, 2005.

GARIN, Eugenio. *Le Zodiaque de la Vie: Polemiques Antiastrologiques a la Renaissance*. Traduit de l'italien par Jeannie Carlier. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

GARIN, Eugenio. *Moyen Âge et Renaissance*. Traduit de l'italien par Claude Carne. Paris: Gallimard, 1989.

GERBIER. *Les Humeurs du peuple et des grands*. In: ZARKA, Yves Charles; GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini: Politics and History in Sixteenth-Century Florence*. Princeton and New Jersey: Princeton University Press, 1965.

GIANNOTTI, Donato. *Opere Politiche e Letterarie di Donato Giannotti*. Nabu Press's Photocopy Edition, 2010.

- GILBERT, Felix. *Machiavelli e il suo tempo*. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1977.
- GOFFI, Jean-Yves. *Machiavel*. Paris: Ellipses, 2000.
- GUENÉE, Bernard. *L'Occident aux XIVe et XVe siècles*. Les Etats. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.
- GUICCIARDINI, F. *Opere*. Milano: Riccardo Ricciardi, 1953.
- HALE, J.R. *Florence and the Medici*. London: Phoenix Press, 2001.
- HALE, J.R. *Maquiavel e a Itália da Renascença*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- HALÉVI, Ran. *Les Savoir du Prince: du Moyen Âge aux Lumières*. Paris: Fayard, 2002.
- HULLIUNG, Mark. *Citizen Machiavelli*. Princeton: Princeton University Press, 1983.
- JEHNE, Martin. *Roma nell'età della repubblica*. Traduzione di Tobia Moroder. Bologna: Il Mulino, 2008.
- KLANICZAY, Gábor; KRISTÓF, Ildikó. *Écritures saintes et pactes diaboliques. Les usages religieux de l'écrit (moyen âge et temps modernes)*. Traduit par Marie-Pierre Gaviano. Histoire, Sciences Sociales. *Annales*, 56^e année, p. 947-980, 2001/4.
- KRISTELLER, Paul Oskar. *Renaissance Thought I: the Classic, Scholastic and Humanistic Strains*. New York: Harper and Row, 1961.
- KRISTELLER, Paul Oskar. *Tradição Clássica e Pensamento do Renascimento*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.
- LEFORT, Claude. *Desafios da Escrita Política*. Tradução de Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso, 1999.
- LEFORT, Claude. *Le Travail de l'oeuvre: Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.
- LEFORT, Claude. *Les Formes de l'Histoire: Essais d'anthropologie politique*. Paris: Gallimard, 1978.
- LEFORT, Claude. *Pensando o Político: Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade*. Tradução de Eliana. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MANENT, Pierre. *Histoire Intellectuelle Du Liberalisme*. Paris: Hachette Littératures, 1987.
- MANENT, Pierre. *Naissances de la Politique Moderne: Machiavel, Hobbes, Rousseau*. Paris: Gallimard, 2007.
- MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's New Modes and Orders: A Study of the "Discourses on Livy"*. London: Cornell University Press, 1979.

- MANSFIELD, Harvey C. *Machiavelli's Virtue*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1996.
- MANSFIELD, Harvey C. *Taming the Prince*. New York; London: Collier Macmillan, 1989. (The Free Press, A Division of Macmillan).
- LIBERA, A. *A filosofia na Idade Média*. Trad. N. N. Campanário e Y.M. de C. Teixeira da Silva. São Paulo: Loyola, 1998.
- LIVY. *The Rise of Rome*. Oxford World's Classics. Oxford: Oxford University Press, 1998. 5v.
- MACHIAVELLI, *Opere*. A cura di Conrado Vivanti. Torino: Einaudi-Gallimard, 1997. 3v.
- MARKUS, R. A. *Saeculum: History and Society in Theology of St. Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- MARTINES, Lauro. *Power and Imagination: City-States in Renaissance Italy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1988.
- MÉNISSIER, Thierry. *Éléments des Philosophie Politique*. Paris: Ellipses, 2005.
- MÉNISSIER, Thierry. Le bon usage des tumults. In: MÉNISSIER, Thierry. *Machiavel, la politique, l'histoire: Enjeux philosophiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- MÉNISSIER, Thierry. *Le Vocabulaire de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2002.
- MÉNISSIER, Thierry. *Machiavel, la politique, l'histoire. Enjeux philosophiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- MÉNISSIER, Thierry. Prophétie, politique et action selon Machiavel. *Les Études Philosophiques*, n. 66, p. 289-313, 2003/3-1.
- NICOLET, Claude. *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*. Paris: Gallimard, 1976.
- PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. *Maquiavel entre Repúblicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- PAREL, Anthony J. *The Machiavellian Cosmos*. New Haven; London: Yale University Press, 1992.
- PELLEGRINI, Marco. *Le guerre d'Italia 1494-1530*. Bologna: Il Mulino, 2009.
- PETRARCA, *Cartas das Familiari rerum*. In: BIGNOTTO, Newton. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (pp. 223-235).

POLYBIUS. *The Rise of the Roman Empire*. London: Penguin Books, 1979. Penguin Classics.

REINHARDT, Volker. *Il Rinascimento in Italia*. Traduzione di Paolo Rubini. Bologna: Il Mulino, 2004.

RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Tradução de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.

SASSO, Gennaro. *Niccolò Machiavelli*. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1993. 2v.

SENEILLART, Michel. *Les Arts de Gouverner: Du Regimen Médiéval au Concept de Gouvernement*. Paris: Editions du Seuil, 1995.

SFEZ, Gérald. *Le prince sans qualités*. Paris: Kimé, 1998.

SFEZ, Gérald. *Machiavel, la politique du moindre mal*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

SFEZ, Gérald; SEILLART, Michel. *L'Enjeu Machiavel*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução de Maria Lúcia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SKINNER, Quentin. *Visions of Politics. Renaissance Virtues*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. v. 2.

STRAUSS, Leo. *Liberalism Ancient and Modern*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1992.

TADDEI, Ilaria, L'encadrement des jeunes à Florence au XV^e siècle. *Histoire Urbaine*, n. 3, p. 119-132, 2001/1.

TARANTO, Domenico. *Le Virtù della Politica: Civismo tra Machiavelli e gli Antichi*. Napoli: Bibliopolis, 2003.

TOMÁS DE AQUINO. *Sancti Thomae de Aquino Opera Omnia*. Iussu Leonis XIII P. M. Edita. Cura ET studio Fratrum Prædicatorum. Paris, 1998.

TREPPA, Mario del. (A cura di) *Condottieri e uomini d'arme nell'Italia del Rinascimento*. Napoli: Liguori Editore, 2001. (GISEN, Europa Mediterranea – quaderni 18)

- VAROTTI, Carlo. Une écriture fondée sur l'expérience. Tradução do italiano por Marie Gaille-Nikodimov. In: GAILLE-NIKODIMOV, Marie; MÉNISSIER, Thierry. *Lectures de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2006.
- VAUCHEZ, André. L'Eglise catholique peut-elle canoniser Savonarole?: Prophetisme et sainteté. *Études*, t. 409, p. 207-217, 2008/2009.
- VERNIÈRES, Solange. *Ética e Política em Aristóteles*. Physis, Ethos, Nomos. São Paulo: Editora Paulus, 1988.
- VIALON, Marie. *Savonarole, Glaive de Dieu*. Paris: Ellipses, 2008.
- WEILL, Claude (Dir.) *Machiavel: le pouvoir et la ruse*. Paris: CNRS Éditions, 2008.
- WOLFF, Francis. *Aristóteles e Política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- ZANCARINI, Jean-Claude; FOURNEL, Jean-Louis; DESCENDRE, Romain. *Estudos sobre a Língua Política: Filologia e Política na Florença do século XVI*. Campinas: Ed. RG, 2008.